



Direito Financeiro

Aula 05

Despesa Pública – Parte II

André Portella



Estrutura do Módulo

1. Dívida e endividamento
2. Despesa Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal



Dívida Pública

*** Perspectiva econômico-financeira:
resultado financeiro das operações de
crédito realizadas pelo Estado**



Dívida Pública

*** Perspectiva jurídica: situação jurídica a que se submete o Estado frente ao conjunto dos seus credores**



Classificação

1. Quanto à moeda da operação

1.1. Interna

1.2. Externa



Classificação

2. Quanto ao resgate

2.1. Dívida flutuante ou mobiliária

2. 2. Dívida fundada



Dívida Flutuante

*** Definição: contraída para resgate (amortização) no curto prazo (no próprio exercício), cujos recursos buscam satisfazer necessidades momentâneas**



Dívida Flutuante

*** Necessidades mometâneas a exigirem formação de dívida flutuante:**

a) despesas imprevistas

b) Antecipação de Receita Orçamentária (ARO): em geral, pagas em até 12 meses, até o dia 10 de dezembro do exercício financeiro



Dívida Fundada

*** Definição: contraída para resgate no longo prazo (mais de um exercício), com ou sem previsão de amortização/resgate**



Dívida Fundada

*** Espécies:**

- a) Perpétua: sem prazo de resgate, apenas com pagamento de juros**
- b) Amortizável: com prazo de resgate**



Dívida Fundada

*** O não pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos por Estados ou Municípios enseja, salvo força maior, intervenção da União e do Estado (CF, art. 34, V, a); e 35, I)**



Dívida Fundada

CF/88:

“Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;”



Dívida Fundada

CF/88:

“Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;”



Limites da Dívida

- * Estados e DF: 2 vezes a RCL (200%)**
- * Municípios: 1,2 vez a RCL (120%)**



Recondução da Dívida aos limites

- a) Dívida consolidada que ultrapassa o limite ao final de um quadrimestre deverá ser reconduzida até o término dos três subseqüentes (LRF, art. 31)
- b) o excedente deve ser reduzido em pelo menos 25% no primeiro quadrimestre



Recondução da Dívida aos limites

c) Medidas enquanto perdurar o excesso:

- * Vedação a realizar operação de crédito, salvo para refinanciar a dívida mobiliária**

- * Buscar superávit primário, promovendo entre outras medidas, limitação de empenho**



Sanção à não-recondução

*** Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado**



Sanção à não-recondução

*** A sanção será aplicada imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo**



FCC - 2009 - TCE-GO - Analista de Controle Externo – Direito

Diante de um empréstimo público contraído pelo Estado, se o pagamento se der à vista ou por amortização paulatina, de acordo com o estabelecido, estará caracterizada a extinção por

a) consolidação.

b) conversão.

c) reversão.

d) resgate.

e) compensação.



CESPE - 2009 - TCE-ES – Proc. Especial de Contas
Assinale a opção correta a respeito da dívida pública.

a) A dívida pública interna decorre de obrigações contraídas diretamente com instituições financeiras no país ou da colocação de títulos no mercado de capitais pelo BACEN, sejam os credores nacionais sejam estrangeiros.

b) A dívida pública financeira é a que independe de lei especial e resulta do simples desempenho das finalidades próprias dos ramos da administração.

c) Quando inscrita nos livros da fazenda pública para pagamento em data previamente determinada ou sem prazo fixado para a amortização, a dívida pública é denominada flutuante.

d) A amortização da dívida pública ocorre quando o Estado modifica as condições anteriores do empréstimo público, especialmente pela redução unilateral dos juros devidos.

e) A compensação da dívida pública se dá quando o ente público recebe títulos de sua dívida por herança ou os adquire no mercado de capitais.



FCC - 2009 - TCE-GO - Analista de Controle Externo – Direito

Considerando a classificação das dívidas públicas quanto ao prazo de duração, a dívida pública adquirida por antecipação de receita classifica-se como dívida pública

- a) fundada.**
- b) consolidada.**
- c) flutuante.**
- d) de investimento.**
- e) contratual.**



FCC - 2006 - PGE-RR - Procurador do Estado

“Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, bem assim as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento”, é, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, definição de

- a) dívida pública consolidada ou fundada.**
- b) operação de crédito.**
- c) dívida pública mobiliária.**
- d) refinanciamento de dívida.**
- e) dívida pública garantida.**



FCC - 2010 - TCE-RO – Procurador

Se, ao final de um quadrimestre, a dívida consolidada de um ente federado ultrapassar o respectivo limite, deverá ela ser reconduzida

a) até o término dos três quadrimestre subsequentes, com redução de pelo menos um quarto no primeiro.

b) nos dois quadrimestres seguintes, com redução de pelo menos um terço no primeiro.

c) até o término do exercício financeiro, com redução de pelo menos metade no primeiro bimestre.

d) até noventa dias para redução de um terço e mais noventa dias para redução do restante.

e) até o término do semestre seguinte ao da constatação, com redução de pelo menos um terço no primeiro bimestre.





Despesa Pública e LRF

1. Limitação de empenho (arts. 9º e 31, §1º, II)
2. Geração de Despesa (arts. 15 e 16)
3. Despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17)
4. Vedação à contratação de obrigação em fim de mandato (art. 21, parágrafo primeiro)
5. Proibição de realização de despesa da competência de outro Ente
6. Despesa com pessoal (LRF, arts. 18-23)



Limitação de Empenho

a) Regras gerais:

- * O empenho não pode ultrapassar a dotação respectiva
- * Deve-se verificar sempre o Anexo de Metas Fiscais



Limitação de Empenho

b) Limitação em caso de receitas inferiores ao orçamento

*** Se ao final do bimestre as receitas não comportam a previsão das metas de Resultado Primário ou Nominal, inclusive para fins de recondução da Dívida Consolidada Líquida (DCL), os Poderes e o MP promoverão, nos 30 dias posteriores, limitação de empenho, segundo critérios previstos na LDO**



Limitação de Empenho

c) O Executivo não pode promover limitações de empenho dos demais Poderes ou do MP



Limitação de Empenho

d) Vedação à limitação de empenho de despesas:

- * Que constituam obrigação constitucional ou legal de cada Ente (Educação, Saúde, etc.)**
- * Destinadas ao pagamento de dívida**
- * Determinadas pela LDO**



Geração de despesas

a) Definição: contratação ou expansão de despesa durante o Exercício

*** Inclui despesas novas com desapropriação**



Geração de despesas

b) Requisitos:

- * Realização de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que deve entrar em vigor e nos dois seguintes (estimativa trienal)
- * Declaração do ordenador certificando que o aumento tem adequação com o PPA, LDO e LOA



Geração de despesas

c) Sanção: não atendimento dos requisitos implica na caracterização de gasto não autorizado, irregular e lesivo ao patrimônio público

d) Gastos de pequeno valor: A LDO disciplinará os gastos de pequeno valor não incluídos nestas regras



Despesa obrigatória de caráter continuado

a) Definição:

- * despesa corrente**
- * derivada de lei, MP ou ato administrativo normativo**
- * prolonga-se por, no mínimo, 2 anos**
- * pode ser despesa nova, ou prorrogação**



Despesa obrigatória de caráter continuado

b) Exemplos

- * Provimento de cargos**
- * Aumento salarial**
- * Concessão de bolsas**



Despesa obrigatória de caráter continuado

c) Requisitos

- * Estimar o impacto orçamentário-financeiro no Exercício e nos dois seguintes (previsão trienal)
- * Demonstrar a origem do recurso
- * Certificar que não afetará as metas de resultados fiscais do anexo de Metas Fiscais da LDO



Despesa obrigatória de caráter continuado

- * Estabelecer Plano de Compensação, indicando redução de despesas permanentes, ou aumento de receitas permanentes**
- * Adequação ao PPA e à LDO**



Despesa obrigatória de caráter continuado

d) Exceções:

- * Pagamento do serviço da Dívida
- * Reajustamento geral de remuneração de pessoal com base na CF/88, art. 37, X



Despesa obrigatória de caráter continuado

- CF/88, art. 37, X:

“a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”



Vedação à contratação em fim de Mandato

*** Proibição de contratação de obrigação nos últimos 2 quadrimestres do mandato**

- que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou

- que tenha que ser pago no Exercício posterior, sem que haja disponibilidade de caixa



Proibição de realização de despesa da competência de outro Ente

* Exceções

- Autorização na LDO e LOA
- Em caso de Convênio, Acordo ou Ajuste



CESGRANRIO - 2014 - FINEP - Analista Jurídico

Quanto à despesa pública, com base na lei aplicável à espécie, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição corresponde à(ao) a) liquidação

b) receita corrente

c) receita de capital

d) ordem de pagamento

e) empenho



CESPE - 2012 - TCE-ES - Auditor de Controle Externo - Direito

A limitação de empenho e movimentação financeira deve ser promovida se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias

* Certo

* Errado



FCC - 2008 - TCE-AL – Procurador

A respeito do processamento da despesa pública, a Lei nº 4.320/64 dispõe:

- I. Poderá o Município, no último mês do mandato do prefeito, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do seu mandato, nos casos de calamidade pública.**
- II. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.**

III. O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I.**
- b) II.**
- c) III.**
- d) I e II.**
- e) II e III.**





Despesa com Pessoal

a) Definição

- * Remuneração dos ativos e inativos (exceto verbas indenizatórias)
- * Encargos sociais
- * Subsídios dos agentes políticos
- * Terceirização



Despesa com Pessoal

b) Despesas excluídas

- * Indenização por demissão**
- * PDV's**
- * Despesas decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior**



Despesa com Pessoal

b) Despesas excluídas (cont.)

*** Despesas com inativos, com recursos provenientes de:**

- Contribuição de segurados**
- Compensação financeira dos regimes**
- Demais receitas provenientes dos fundos vinculados a tais custeios**



Despesa com Pessoal

c) Limites Máximos

- * União – 50% da RCL
- * Estados e DF – 60% da RCL
- * Municípios – 60% da RCL



Despesa com Pessoal

d) Distribuição dos limites

*** União – 50% da RCL**

- Executivo – 40,9% (destaca-se 3% para o Amapá, Roraima e DF)**
- Legislativo e TCU – 2,5**
- Judiciário – 6%**
- MPU – 0,6%**



Despesa com Pessoal

d) Distribuição dos limites

*** Estados / DF- 60% da RCL**

- Executivo – 49% (se houver TCM – 48,6%)**
- Legislativo e TCE – 3% (se houver TCM – 3,4%)**
- Judiciário – 6%**
- MP – 2%**



Despesa com Pessoal

d) Distribuição dos limites

*** Municípios – 60%**

- Executivo – 54%

- Legislativo, e TCM quando houver – 6%



Despesa com Pessoal

e) Limite específico da folha de pessoal da Câmara de Vereadores (CF/88, art. 29-A, §2º, EC 25/2000): 70% da sua receita



Despesa com Pessoal - Limites Gerais

	União (50%)	Estados e DF(60%)	Municípios (60%)
Executivo	40,9%	49% (48,6%)	54%
Legislativo (TCU e TCE)	2,5%	3% (3,4%)	6%
Judiciário	6%	6%	–
MP	0,6%	2%	–





Despesa com Pessoal

f) Prazo para aferimento

- * Regra – final de cada quadrimestre
- * Exceção (opcional) – final de cada semestre, para Municípios com até 50.000 habitantes



Despesa com Pessoal

g) “Limite Alerta”: 90% do limite legal
*** deverá ser comunicado pelo TC, sem maiores implicações**



Despesa com Pessoal

h) “Limite Prudencial”: 95% do limite legal

* Consequência: vedação ao aumento de despesa com pessoal:

- Concessão de vantagem
- Aumento ou reajuste de remuneração
- Criação de cargo, emprego, função
- Alteração de estrutura de carreira
- Pagamento de hora extra
- Provimento de cargo



Despesa com Pessoal

i) Extrapolação do limite

*** Medida corretiva: o Poder deve eliminar o excedente no prazo de 2 quadrimestres, sendo pelo menos $\frac{1}{3}$ no primeiro quadrimestre**



Despesa com Pessoal

j) Extrapolação do limite (cont.)

* Espécies de medidas

- Redução, em pelo menos 20%, de cargos em comissão e funções de confiança (STF: suspensão liminar da possibilidade de diminuição dos salários dos cargos em comissão e realização de jornada de trabalho (princípio da irredutibilidade de salário))
- Exoneração de não-estáveis
- Caso não sejam suficientes: exoneração de estáveis



Despesa com Pessoal

k) Sanções à extrapolação do prazo

- * Suspensão das transferências voluntárias, salvo Saúde, Educação e Assistência Social;
- * Vedação à contratação de operação de crédito, salvo para refinanciamento da dívida mobiliária e Redução de despesa com pessoal (PDV's)
- * Vedação ao recebimento de garantia



Despesa com Pessoal

1) Suspensão do prazo

*** Calamidade pública, estado de sítio e estado de defesa**



Despesa com Pessoal

m) Duplicação do prazo de dois quadrimestres

*** Crescimento econômico negativo ou inferior a 1% no último trimestre**



Despesa com Pessoal

n) Despesas nulas (art. 21)

- * ato autorizador expedido nos 180 dias anteriores ao fim do mandato
- * não atendam aos requisitos inerentes à geração de despesa e despesa continuada
- * vincule ou equipare remuneração de pessoal
- * sem dotação suficiente ou sem autorização
- * não atenda ao limite legal de gastos com inativos – 12% da RCL (Lei 9.717/92)



FCC - 2005 - TCE-MG – Auditor

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal dos Estados

a) não poderá exceder 50% da receita líquida corrente, com exclusão das parcelas de participação dos Municípios na distribuição das receitas.

b) não poderá exceder 60% da receita líquida corrente, com inclusão de todas as receitas tributárias.

c) não poderá exceder 60% das receitas correntes e de capital.

d) inclui as despesas com os inativos.

e) não inclui as despesas decorrentes de decisão

judicial, apuradas fora do regime de competência.



FCC - 2005 - TCE-MG – Auditor

As despesas com pessoal do Tribunal de Contas do Estado

- a) são autônomas, pois não observam os limites impostos aos demais Poderes.**
- b) estão incluídas nos limites percentuais das despesas do Poder Legislativo.**
- c) estão incluídas nos limites percentuais das despesas do Poder Executivo.**
- d) não poderão exceder os percentuais determinados pelo Poder Legislativo.**
- e) deverão observar os mesmo limites previstos na esfera federal.**